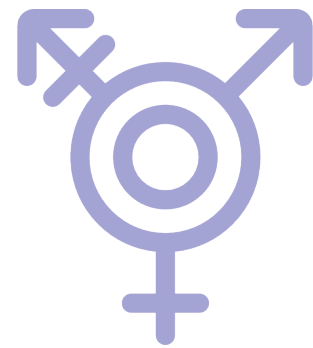


POR QUE ENSINAR GÊNERO E SEXUALIDADE NAS FACULDADES DE MEDICINA?



POR VICTOR JOSÉ CORREIA LESSA - 10ºP

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em medicina (Resolução nº 3/2014) propõem que, no âmbito da atenção à saúde, o graduando deverá ser formado para considerar sempre questões como gênero, orientação sexual e vários outros aspectos que compõem a diversidade humana. Isso é de suma importância no sentido de garantir a formação de profissionais capazes de promover um atendimento médico humanizado, qualificado e livre de discriminações durante o acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente em se tratando da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT).

Entretanto, na prática, ainda prevalecem condutas inadequadas por parte de médicos e outros profissionais da saúde e iniquidades no atendimento ao público LGBTT. Alguns exemplos são o desrespeito ao nome social de travestis e transexuais e a permanência da crença deturpada de que a homossexualidade seja uma patologia, parafilia ou “desvio sexual”.

Quando se fala sobre orientações sexuais, ainda persistem equívocos entre estudantes de medicina, como mostra o estudo de Lima & Cer-

queira (2008), no qual foram vistas proporções importantes de alunos que consideram a homossexualidade uma doença, apesar de a Organização Mundial de Saúde (OMS) tê-la excluído da Classificação Internacional das Doenças (CID) desde os anos noventa.

Um estudo asiático recente analisou o discurso de estudantes de medicina em postagens relacionadas ao tema gênero numa plataforma de comunicação local. Nos discursos, foram observadas características como reprodução de estereótipos de gênero, divisão sexista do trabalho e ridicularização de LGBTT.

Tais resultados revelaram a existência de uma cultura machista e heterossexista entre os estudantes. Apesar de a pesquisa ter sido realizada em Taiwan, essa realidade não é muito diferente da encontrada dentro dos cursos de medicina brasileiros.

Estudo realizado entre março de 2010 a julho de 2011 com 207 professores de 110 escolas médicas de todas as regiões do Brasil revelou que o ensino da sexualidade, quando existente, costuma ser pautado por aspectos biológicos e patológicos durante a formação. Por outro lado, a diversidade

de comportamentos sexuais humanos e aspectos sociais relacionados à sexualidade são temas pouco abordados pelos discentes. Questões como direitos sexuais e reprodutivos, violência sexual, homofobia e papéis socioculturais de gênero são tratadas por menos da metade dos professores.

Diante do exposto, é imperativa a necessidade de incluir nos currículos das faculdades de medicina conteúdos a serem ministrados de maneira adequada e ampla referentes à sexualidade humana, gênero e saúde da população LGBTT, no intuito de desconstruir preconceitos entre os graduandos e uma vez que o profissional médico deve estar capacitado a atuar diante das demandas específicas de determinadas populações, como a de LGBTT e outras minorias sociais historicamente discriminadas, evitando-se, assim, que os profissionais sejam mais um fator de sofrimento psíquico, exclusão social e piora das condições de saúde dos pacientes, em consonância com o que estabelecem os princípios do SUS, as DCN dos cursos de graduação em medicina, a Carta dos direitos dos usuários da saúde e a Política nacional de saúde integral de LGBTT.

Referências:

- BRASIL. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. *Revista Interamericana de Psicologia*, v. 44, n. 2, p. 235-245, 2010.
- CHENG, L. F.; YANG H. C. Learning about gender on campus: an analysis of the hidden curriculum for medical students. *Medical Education*, v. 49, n. 3, p. 321-331, mar. 2015.
- LEE, R. Health care problems of lesbian, gay, bisexual, and transgender patients. *Western Journal of Medicine*, v. 172, p. 403-408, jun. 2000.
- LIMA, M. C. P.; CERQUEIRA, A. T. A. R. Crenças sobre sexualidade entre estudantes de Medicina: uma comparação entre gêneros. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 32, n. 1, p. 49-55, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 3, de 20 de Junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências.
- MOITA, G. A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 76, p. 53-72, dez. 2006.
- RUFINO, A. C.; MADEIRO, A.; GIRÃO, M. J. B. C. Sexuality Education in Brazilian Medical Schools. *The Journal of Sexual Medicine*, v. 11, p. 1110-1117, 2014.